



# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## PROJETO DE LEI, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU</b>	
Protocolo Interno - D.A.L.	
<input checked="" type="checkbox"/> Proj. de Lei.	
<input type="checkbox"/> Proj. de Lei Complementar	
<input type="checkbox"/> Proj. de Emenda a LOM.	
DATA <u>02/03/20</u>	Nº <u>17/2020</u>

Acresce referências e extingue cargos do Grupo Ocupacional Operacional, constante na Lei nº 1.997, de 13 de março de 1996, que *Dispõe sobre a reorganização das carreiras funcionais dos servidores públicos da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, na forma que especifica.*

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprova:

**Art. 1º** Aos ocupantes dos cargos de Apontador, Carpinteiro, Eletricista de Manutenção e Instalação, Encanador, Feitor, Ferramenteiro, Frentista, Jardineiro, Lavador de Veículos, Lubrificador, Mecânico, Patrolista, Pedreiro, Pintor, Soldador, nas Classes I e II, pertencentes ao Grupo Ocupacional Operacional constante nos Anexos IX e IX-D, da Lei nº 1.997, de 13 de maio de 1996, que estiverem em efetivo exercício, ficam acrescidas 3 (três) referências aos seus vencimentos, desde que cumpridas as exigências desta Lei.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo se aplica também aos servidores que estiverem em efetivo exercício, ocupantes dos cargos isolados de Feitor, Jardineiro, Encanador, Lavador de Veículos, Pedreiro, Soldador e Patrolista que se encontram no Quadro Especial, do Grupo Ocupacional Operacional.

§ 2º A implementação das referências aos ocupantes dos cargos de que trata o *caput* e o § 1º deste artigo ocorrerá mediante requerimento, instruído com a comprovação de curso específico presencial ou à distância com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.

**Art. 2º** Aos servidores ocupantes do cargo de Agente Patrimonial, constante nos Anexos IX e IX-D pertencentes ao Grupo Ocupacional Operacional, da Lei nº 1.997/1996 e aos ocupantes do cargo isolado de Vigia, do Quadro Especial, que estiverem em efetivo exercício, ficam acrescidas 4 (quatro) referências aos seus vencimentos, desde que cumpridas as exigências desta Lei.

**Parágrafo único.** A implementação das referências de que trata o *caput* deste artigo, ocorrerá mediante requerimento, instruído com a comprovação de curso presencial ou à distância relativo à área de atuação junto à Central de Alarme, radiocomunicação, bem como nas ações de defesa civil e demais projetos na área de segurança pública, com carga horária mínima de 48 horas.

**Art. 3º** Fica alterada a Descrição da Função, do cargo de Agente Patrimonial, constante da Tabela "C" do Anexo XV – Atribuições – da Lei nº 1.997/1996, que passa a vigorar nos termos do Anexo I, desta Lei.

**Art. 4º** Ficam extintos os cargos de que trata o art. 1º desta Lei, passando a integrar o Quadro Especial de Cargos em Extinção.

§ 1º As vagas que estão disponíveis serão extintas de imediato.

§ 2º As vagas ocupadas serão extintas na medida em que vagarem.



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

.../Projeto de Lei – fl. 02

**Art. 5º** Ficam asseguradas aos servidores ocupantes dos cargos de que trata o art. 1º desta Lei, as vantagens funcionais previstas no art. 23 e seguintes, da Lei nº 1.997, de 13 de março de 1996 e no art. 11, da Lei nº 3.962/2012.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 26 de fevereiro de 2020.

  
Francisco Lacerda Brasileiro  
**Prefeito Municipal**



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO I - PROJETO DE LEI

“ANEXO XV  
ATRIBUIÇÕES

[...]

TABELA “C”

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL

[...]

### **CARGO: AGENTE PATRIMONIAL**

**Sumário da Função:** Executar serviços de vigilância do patrimônio público municipal, em locais fixos ou em rondas motorizadas, baseando-se em regras de conduta predeterminadas, para assegurar a ordem e segurança dos prédios públicos. Fiscalizar toda área sob sua responsabilidade, atentando para eventuais anormalidades, interferindo quando necessário e tomando providências cabíveis.

**Descrição da Função:** Executar serviços de ronda diurna ou noturna, em locais fixos ou em rondas motorizadas, **conduzindo veículos oficiais na forma de guarnição**, nas dependências de edifícios públicos municipais e áreas adjacentes; examinar as instalações hidráulicas e elétricas constatando irregularidades, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente, para possibilitar a tomada de providências no sentido de evitar roubos e prevenir incêndios e outros danos; fiscalizar a entrada e saída de qualquer material das dependências municipais, checando notas fiscais e documentos de entrada e saída quando necessário, buscando evitar o desvio de materiais e outras faltas. Fiscalizar as áreas de acesso a edifícios municipais, evitando aglomerações, estacionamento indevido de veículos e permanência de pessoas inconvenientes; controlar e orientar a circulação de veículos e pedestres nas áreas de estacionamento público municipal, para manter a ordem e evitar acidentes; controlar a entrada e saída de pessoas e veículos, durante e após o expediente normal de trabalho, tomando medidas preventivas em caso de identificação de irregularidades; zelar pelo correto trânsito de servidores, controlando sua entrada e saída e solicitando a autorização para registro do ponto fora do expediente normal; prestar informações ao público, quando solicitado, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, buscar soluções para eventuais transtornos, bem como identificando-o e encaminhando-o ao setor procurado; fiscalizar logradouros e outras áreas de responsabilidade do Município, a fim de evitar depredação, roubos, danos em jardins e brinquedos públicos e qualquer outro tipo de agressão ao patrimônio municipal; **atuar na central de alarme; na vigilância em outros locais públicos, radiocomunicação, bem como nas ações de Defesa Civil e demais projetos na área de segurança pública**, articular-se imediatamente com seu superior, sempre que suspeitar de irregularidade na área sob sua jurisdição; praticar os atos necessários para impedir a invasão de edifícios públicos municipais, inclusive solicitar a ajuda policial, quando necessária; registrar diariamente as ocorrências verificadas em sua jornada de trabalho; zelar pela guarda e conservação dos objetos necessários ao exercício de suas atividades; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

” (NR)



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM Nº 006/2020

Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

Ao Senhor  
**BENI RODRIGUES**  
Presidente da Câmara Municipal  
**FOZ DO IGUAÇU - PR**

Processo: **0242/2020**

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

Assunto: Mensagem do Prefeito Municipal

Data: 27/02/2020 13:41



Senhor Presidente,

Encaminhamos para apreciação dessa Casa de Leis, o Projeto de Lei que “Acresce referências e extingue cargos do Grupo Ocupacional Operacional constante na Lei nº 1.997, de 13 de março de 1996, que *Dispõe sobre a reorganização das carreiras funcionais dos servidores públicos da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, na forma que especifica*”.

O presente Projeto de Lei trata da adequação do Grupo Ocupacional Operacional do Município de Foz do Iguaçu como forma de otimização do serviço público.

O atual Gestor Público desta Municipalidade, na visão moderna de administração pública reconhece a necessidade da valorização dos servidores públicos em todas as áreas de atuação. E como já ocorreu em diversos Grupos Ocupacionais integrantes deste Poder Executivo Municipal, se propõe neste Projeto de Lei, a adequação dos cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional Operacional, cargos estes atuantes na execução das tarefas práticas, limitados a uma rotina e predominância de esforço físico, e em alguns cargos de conhecimentos e habilitações específicas.

As adequações promovidas no Grupo Ocupacional Operacional, se darão com a concessão de 3 (três) referências aos cargos que estiverem em efetivo exercício, e que cumpram os requisitos previstos nesta Lei, ajustando assim a carreira funcional deste Grupo Ocupacional, como forma de incentivo, visando à elevação dos padrões de desempenho dos referidos servidores.

Desta feita, ao valorizar estes servidores em efetivo exercício com a concessão destas referências a título de atualização/capacitação, o Município propõe ainda que estes cargos passem a integrar o Grupo Especial de cargos em extinção, vez que objetivamos, na sequência, iniciar o processo de terceirização de alguns serviços, especialmente os voltados à área operacional. A terceirização é a técnica de contratar serviços, que está presente nos segmentos do setor empresarial, seja na esfera privada ou pública, e consiste na possibilidade de contratar terceiro para a realização de atividades que não constituem o objeto principal da empresa e/ou Administração Pública.

No âmbito da Administração Pública, a utilização de serviços terceirizados, sofreu grande expansão com a edição do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a intenção de evitar o aumento demasiado da máquina administrativa, prevendo em seu art. 10, que a execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada, e no mesmo artigo em seu parágrafo 7º, dispõe que a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada para desempenhar os encargos da execução, vejamos:



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

.../Mensagem nº 006/2020 – fl. 02

Decreto-Lei 200/67, art. 10, §7º:

**Art. 10.** A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

[...]

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a administração procurará desobrigar-se da realização material das tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução.

Com a utilização da Terceirização, a Administração Pública visa maior eficiência, eficácia e economicidade, como forma de aplicação racional dos recursos, com resultados coincidentes com os fins almejados pelo interesse público.

O instituto da terceirização, com a execução indireta de serviços, constitui um mecanismo eficaz de gerenciamento estratégico, o que resulta em diminuição de custos, maior eficiência e operacionalidade. A terceirização é, pois, um fenômeno atual e irreversível na economia moderna, e sua utilização pela Administração Pública não encontra óbice legal, tanto que no âmbito do Governo Federal, foi editado o Decreto nº 2.271, de 17 de julho de 1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, prevendo que tais atividades, além de outras consideradas secundárias serão, de preferência, na forma de execução indireta. Vejamos:

**Art. 1º** Este Decreto dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

§ 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

Contudo, com a emissão do Decreto Presidencial nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que *dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União*, o supracitado Decreto nº 2.271, de 17 de julho de 1997, foi revogado, com o objetivo de um alargamento do emprego da terceirização. Não porque inexistente o elenco de serviços que poderiam contar com mão-de-obra externa, mesmo porque a lista do ato normativo anterior era exemplificativa, mas substancialmente diante da ausência de referência à natureza da atividade que poderá ser objeto de contratação.

Fº





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

.../Mensagem nº 006/2020 – fl. 03

Com a aprovação da presente proposta, os servidores atualmente concursados que estiverem em efetivo exercício nos cargos Apontador, Carpinteiro, Eletricista de Manutenção e Instalação, Encanador, Feitor, Ferramenteiro, Frentista, Jardineiro, Lavador de Veículos, Lubrificador, Mecânico, Patrolista, Pedreiro, Pintor, Soldador e os ocupantes dos cargos isolados de Feitor, Jardineiro, Encanador, Lavador de Veículos, Pedreiro, Soldador e Patrolista que se encontram no Quadro Especial, do Grupo Ocupacional Operacional, continuam naturalmente em suas funções, porém não existirá mais concurso para os supracitados cargos, que serão extintos à medida que vagarem.

Além disso, a outra proposta constante neste Projeto de Lei surge a partir da implantação de novas políticas de segurança no âmbito municipal, pela qual ocorreu uma ampliação no papel do atual cargo de Agente Patrimonial e do Vigia, que surge neste contexto como um agente fundamental na vigilância, controle e segurança dos bens em locais públicos, atuando junto à Central de Alarme, radiocomunicação, bem como nas ações de Defesa Civil e demais projetos na área de segurança pública, mediante Curso de Capacitação a ser realizado e atestado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, juntamente com a Diretoria de Segurança Patrimonial.

Desta forma, está sendo proposto o acréscimo de 4 (quatro) referências na remuneração do cargo de Agente Patrimonial e do cargo isolado do Vigia que estiverem em efetivo exercício, mediante conclusão do Curso de Capacitação relativo à área de atuação, como forma de incentivo e valorização ao novo papel a ser desempenhado por esses servidores, em efetivo exercício no Município pela ampliação das atribuições supracitadas, bem como a melhoria do atendimento à população.

Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação em **caráter de urgência** pelos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Foz do Iguaçu, 26 de fevereiro de 2020.

  
Francisco Lacerda Brasileiro  
Prefeito Municipal